

PLATÃO: A DIALÉTICA DO BEM *VERSUS* O CAOS DA REALIDADE

HEDGAR LOPES CASTRO

Mestrando em Filosofia. Universidade Estadual do Ceará – UECE

E-mail: hedgarrrr@gmail.com

**RESUMO:** Pretende-se expor a dialética filosófica frente à realidade, a partir da obra *A República*, de Platão. O método dialético de Platão é filosófico por excelência e extingue a falsidade e a ilusão que há na alma humana. No entanto, para realizar essa tarefa propriamente filosófica, é preciso ter claro quais são as analogias sobre a ascendência hierárquica do conhecimento que são encontradas nos livros VI e VII da obra em pauta, para só então ser possível identificar os níveis de conhecimento que Platão propõe aos filósofos para que o caos da realidade não governe a cidade.

**Palavras-chave:** Dialética. Bem. Conhecimento. Platão.

**ABSTRACT:** It intends to expose the philosophical dialectics in front of the reality, from the work *The Republic*, of Plato. The Plato's dialectical method is philosophical par excellence and extinguishes the falsehood and illusion in the human soul. However, to perform this task properly philosophical, it is necessary to have clear which are the analogies on the hierarchical ascendancy of the knowledge that are found in the books VI and VII of the work in question, to that only then to be possible to identify the levels of knowledge that Plato proposes to the philosophers so that the chaos of the reality does not govern the city.

**Keywords:** Dialectic; Good; Knowledge; Plato.

## 1. INTRODUÇÃO

A obra cerne do presente trabalho é *A República* de Platão, na qual ele se propõe a definir a justiça como questão central da vida humana e do governo da cidade. A justiça é uma questão de alta importância na obra platônica, tanto como a ideia do Bem e do Belo; todas elas são pertencentes à caminhada do homem referente ao conhecimento das coisas do mundo, quando ele se destina a viver de modo filosoficamente dialético. Aqui já está indicada a questão principal desse trabalho: a dialética. Pois o recurso metodológico mais utilizado por Platão para explicitar a sua filosofia em suas obras é a dialética. Nicola Abbagnano explica que na investigação racional a dialética sempre se incorpora, passando essa investigação a possuir uma precisão e um rigor que ela lhe oferece; a dialética transforma uma simples

investigação em fonte de descobertas e invenções de que a razão por si só não seria capaz<sup>1</sup>. É sobretudo por meio da dialética como método que opera, para Platão, a filosofia; esta precisa ser dialética para emergir no homem aquilo que nele é mais sublime. O fim último da dialética é a contemplação do Bem. Eis aqui o propósito central desse trabalho: introduzir os quatro níveis de conhecimento que Platão revela nos livros VI e VII, por meio de suas três alegorias ou analogias, e expor, afinal, como o homem pode relacionar-se com a realidade sendo guiado e iluminado pela dialética.

Essas problemáticas gerais redundam em problemas específicos. Tratar-se-á primeiramente do que Platão entende por objetos sensíveis e científicos. Os objetos sensíveis são aquilo com o que a percepção lida, as coisas mutáveis que compõem o mundo e, por serem sempre transitórios, não permitem um conhecimento sólido e seguro sobre as coisas; os objetos sensíveis, assim, só permitem o conhecimento por opiniões, que, na verdade, jamais ultrapassa a ignorância. Os objetos científicos, diferentemente, são aquilo que leva ao homem um conhecimento mais estável: os objetos da matemática e das ideias, pois eles são tudo o que pode ser definido como conhecimento seguro, verdadeiro e que, apesar de não se desligar do mundo, não está sujeito a ele, como as opiniões e sensações. Os objetos sensíveis e científicos configuram-se como etapas que preparam o filósofo para exercer a dialética frente ao que é cognoscível, educando-se ao conhecer cada coisa ao longo da vida. Porém, os objetos sensíveis merecem um esclarecimento. Segundo Nicola Abbagnano, na obra *A República*, sobretudo no livro VII, o objetivo epistemológico central de Platão é educar o homem a considerar o mundo do ser e não se limitar ao conhecimento sensível das coisas, pois é somente tendo em vista o mundo do ser que há gradação possível de seres e conhecimento possível<sup>2</sup>. Logo, somente é possível conhecimento verdadeiramente humano se os objetos sensíveis forem traduzidos em objetos identificáveis como seres cognoscíveis.

Não se tratará aqui de fazer especulações filosóficas desligadas da vida humana: em meio à segunda problemática, o foco ao qual se deu mais atenção foi entrever que a matemática, ciência fundamentalmente inteligível, não apenas origina-se nos objetos sensíveis como transforma a própria organização da realidade, pressuposição destes objetos, em hipóteses. As hipóteses são necessárias, pois sem as mesmas não seria possível, pela dialética, alcançar os princípios e as essências que constituem a forma suprema: o Bem. No fim, o filósofo dialético é assinalado como um problema em si mesmo. Discutir-se-á sobre o que ele pode fazer na cidade, tendo a incumbência de realizar um excelente governo, constituir leis que não dependam da instabilidade, do caos. É com base nisso que ele exerce uma administração da cidade de modo o mais justo e conforme ao que é propriamente

1 ABBAGNANO (1976, p. 202).

2 Ibidem, p. 186.

humano. A função da dialética é, afinal, tornar o homem verdadeiramente capaz disso, ou a vida humana deve ser sempre equiparada ao caos próprio da realidade tal como ela é e lhe aparece?

## 2. A DIALÉTICA: A BUSCA PELA VERDADE E A CONTEMPLAÇÃO DO BEM

Para iniciar a investigação da questão da dialética, é necessário fazer alusão ao que Platão expõe para nitidamente representar a caminhada filosófica a respeito do conhecimento e do ser: o conhecimento, uma como atividade da alma; o ser, as coisas do mundo. Isso já faz referência à analogia da linha, que é encontrada na obra *A República*. A linha que Sócrates propõe, no livro VI, é vertical e delimita hierárquica e especificamente os quatro graus de conhecimento no homem. Os níveis são ascendentemente percorriáveis. No quarto nível, o mais inferior, há corpos polidos e opacos, sombras, reflexos, imagens, que são objetos da suposição ou imaginação (*eikasia*). No terceiro nível, há objetos representados pelas imagens dos corpos acima listados, que são objetos sensíveis da fé ou da crença (*pistis*). No segundo nível, há objetos matemáticos, que são extraídos dos objetos do terceiro nível e dos quais a alma se serve para criar suas hipóteses do que pode ou não ser cognoscivelmente verdadeiras; aqui trata-se propriamente de objetos do entendimento (*dianoia*) humano. No primeiro e último nível, o mais superior, há essências e princípios que delimitam todo o mundo, aos quais só é possível acessar com a faculdade da alma que lida com as formas (*eidos*): a inteligência (509d-510b). É necessário frisar que os níveis três e quatro compõem o segmento da *doxa*, ao passo que os níveis um e dois compõem o segmento da ciência, da *episteme*, do que é propriamente inteligível; não há, no entanto, uma separação entre esses mundos. Não é aceitável supor que as coisas sentidas cessam de serem sentidas quando o homem, o filósofo, está em contato com as formas inteligíveis e contemplando o Bem. Isso mostra-se evidente na passagem da fé – baseada em imagens sensíveis – ao entendimento, à *dianoia* – que toma por base as hipóteses para conhecer as coisas.

Em todas essas etapas de conhecimento e em todos os níveis de Ser, a dialética penetra. Os níveis de Ser correspondem aos níveis de conhecimento pelos quais a dialética passa e se definem pelo alcance da realidade verdadeira correspondente a cada um desses níveis: quanto mais perto do primeiro nível, mais verdadeira e legítima a realidade se apresenta ao homem; quanto mais perto do quarto nível, mais falsa e ilegítima ela se apresenta. Aliás, Platão procedeu sob o método dialético em toda a sua obra. Segundo Delmar Cardoso, da

dialética são próprios dois movimentos: ir do uno ao múltiplo (análise) e ir da multiplicidade à unidade (síntese). A análise foi mais usada nas obras tardias ou de maturidade, ou seja, até a obra *A República*, e nas obras anteriores a esta predominou a síntese<sup>3</sup>. A obra *A República* se situa, dentro das obras platônicas, como aquela que reúne e sintetiza as suas principais concepções que já houvera sido feitas em seus diálogos de juventude, falando não mais como admirador de seu mestre, Sócrates, mas como o anunciante de suas próprias ideias. Esta é a fase intermediária da obra de Platão, da qual o diálogo *A República* é central por expor, ademais, segundo Jayme Paviani, os pontos centrais da metafísica platônica, atendendo, também, às questões que particularmente estão implícitas no método dialético, como, por exemplo, a relação entre unidade e multiplicidade da realidade<sup>4</sup>.

A dialética nasce da escola eleática, na perspectiva de desmontar teses e argumentos múltiplos e diversos, para analisar a realidade e afirmar, pela filosofia, a existência do ser; tal análise era também executada por Sócrates, uma vez que este intentava desarticular os preconceitos dos seus adversários para alcançar a verdade das coisas, conforme explica Paviani<sup>5</sup>. Daqui depreendem-se duas coisas: é preciso, de um lado, haver um interlocutor sem o qual a dialética não poderia estabelecer-se em um diálogo e para que, portanto, a dialética seja introduzida e funcione como prática e método; é preciso, de outro lado, buscar a verdade e fazê-la corresponder ao Ser, seja por análise, seja por síntese (que é o caso em *A República*). O diálogo é a palavra-chave para a compreensão da dialética. Porque é nele que ela se impõe: uma verdade se evidencia aos interlocutores na medida em que o diálogo é um processo contínuo de exposição e análise de teses e questões. Platão diz que a dialética dá ao homem uma visão de conjunto das coisas e da natureza; não é capaz disso quem não for dialético (537d).

É importante frisar, também, que nessa visão de conjunto está implicado, metodologicamente, que as teses defendidas por Sócrates, no curso do diálogo, são, em algum momento, concordadas por ele. Mas, por outro lado, vista sob um ângulo dialógico e ontológico, a dialética não pressupõe o desvinculamento às duas realidades inferiores elencadas na analogia da linha; ela não as ignora, nem pode prescindir delas para que haja ciência propriamente dita. Pois o processo científico – primeiro recolhendo dados sensíveis, depois fundamentando-se em hipóteses e finalmente elevada a princípios pela dialética – pressupõe objetos de quaisquer âmbitos aos quais se refere e dos quais parte. Isso é uma síntese, exibida por Platão nos livros VI e VII, a propósito de sua filosofia do conhecimento. No entanto, o que exatamente pode fazer a dialética em relação aos objetos científicos e sensíveis? Qual a finalidade de ter ele designado a atividade de busca da dialética como

3 CARDOSO (2006, p. 98).

4 PAVIANI (2003, p. 7-8).

5 ibidem, p. 95.

superior? Por que somente sob o seu processo pode o homem alcançar a contemplação do Bem?

### 3. AS POTENCIALIDADES EPISTÊMICAS SOB A ILUMINAÇÃO DA DIALÉTICA

A primeira coisa a ser esclarecida é que Platão apresenta a sua filosofia, em *A República*, tendo em vista um ser humano e uma cidade justos, não apenas o conhecimento por si mesmo: iniciado na realidade sensível, mas jamais restrito a ela. Segundo José Gabriel Trindade, a propósito de explicar que a metafísica platônica não é dogmática, ao filósofo é requerido sair das realidades flutuantes propriamente sensíveis, sem o qual não haverá garantia para fundar a cidade justa por meio do conhecimento da forma superior: o Bem<sup>6</sup>. Trata-se de um projeto global baseado no Bem, nessa forma suprema, embora custe muito esforço ao filósofo contemplá-la plenamente. Tem que ser assim, pois esta forma serve apenas como um norte, que pressupõe a *sugestão* sensível de que ao inteligível o filósofo deve recorrer: esse norte é necessário, como condição, para se realizar plenamente, a contemplação do Bem pela alma – e eis por que a metafísica platônica não é dogmática<sup>7</sup> – discussão que se decorrerá nas próximas páginas.

Parece metafísico e, portanto, muito desvinculado da realidade palpável dizer que o conhecimento se constrói na alma e é encontrado na mesma cada vez mais e à medida que o filósofo contempla as formas e caminha segmento a segmento da linha a fim de alçar ao conhecimento da mais superior. Entretanto, aquilo que na alma é encontrado nunca foi uma abstração do real: é apenas o que já está lá, significando isto tanto a inferioridade das sombras – objetos de suposições – como a menor inferioridade dos objetos criados que aludem à organização da natureza e que são, igualmente, objetos epistêmicos da alma; sua diferença é que são desprovidos de forma (*eidós*) e, quando não são delimitáveis, de limites<sup>8</sup>. A alma é impotente para lembrar que nela já residem tais objetos, e por isso a dialética faz que ela os relembre<sup>9</sup>. A ascendência às formas e verdades supremas ocorre quando o filósofo consegue tornar claros e distintos todos os objetos de conhecimento a partir do mais inferior dos estágios.

Toda essa clareza e hierarquia que encerra a relação entre opinião e ciência, ou

6 SANTOS (2008, p. 29).

7 Idem.

8 Para uma leitura apurada sobre o ilimitado nos dois estágios inferiores do diagrama da linha, ler o *Filebo*.

9 O processo de relembração das ideias é mais especificamente tratado em outra obra de Platão: o *Mênon*.

entre sensibilidade e inteligência, retorna na terceira e mais clara imagem que Platão concebe a respeito do que é a sua filosofia do conhecimento: a alegoria da caverna, encontrada no livro VII (514a-519d). Essa alegoria sintetiza-se assim: havia homens acorrentados em uma caverna que se acostumaram a ver apenas sombras em uma parede, advindas da luz do sol e, como seu reflexo, de uma fogueira perto deles; além destas coisas, estavam condenados a ver apenas reflexos e sombras de estátuas e dos que passavam em uma estrada ao lado. O mundo real constituía-se de sombras para eles: o conhecimento deles era reduzido a elas. Esses homens representam a humanidade; a caverna, o mundo em que o ser humano vive. Segundo Pavianni, as sombras representam o domínio da opinião na alma dos homens e na opinião pública, constituindo um reino de tal ordem gigante e poderoso que os filósofos necessariamente se sentem mal frente a ele, pois não se baseia no Bem<sup>10</sup>. Apesar disso, na caverna predomina o que existe de mais consistente na alma humana: um conhecimento que raramente é capaz de alçar-se acima do citado reino.

A caverna é um mundo pobre em termos epistemológicos, um mundo no qual os sentidos humanos só permitem o conhecimento sombrio e iludido, por não ser possível saber de onde ele parte. O objeto que ilumina a caverna é, na verdade, o real; a fogueira é filha do Sol; ambos, a fogueira e o Sol, são representações do mundo mais próximo da realidade que o daquele com o qual os acorrentados na caverna tinham contato. O filósofo é aquele que sai da caverna – sai da condição restrita de ter contato com sombras e imagens ilusórias, sai do campo das ilusões e crenças – e atinge os graus superiores de conhecimento, porque lida com coisas mais reais ao contemplar o Sol, idêntico à forma do Bem. No entanto, segundo Nicola Abbagnano, ao filósofo é destinada a tarefa de instruir os outros que ainda permaneciam na caverna a alcançarem o mesmo que ele; retornar à caverna seria, portanto, para o homem, reavaliar o mundo com base no que viu nesse mundo superior, fora da caverna, pondo esse conhecimento à disposição da comunidade em que vive e pode governar<sup>11</sup>. Mas ele, em meio à realização de tal reavaliação, poderia ter o desprazer de ser rejeitado ou a surpresa de ser morto por aqueles que lá permaneceram, pois a condição com a qual estão acostumados irremediavelmente inviabiliza a passagem para um grau maior de conhecimento da realidade.

Essa hierarquia de graus de conhecimento da realidade fica evidente quando Sócrates fala a Glauco o que a dialética executa, com base na alegoria da caverna, declarando que só ela é capaz de chegar aos limites do sensível e inteligível e até mesmo delimitá-los (532a-b). Se o homem liberta-se da caverna é porque, necessariamente, a dialética foi exercida; desde então, pode o homem retornar à caverna, sabendo que os reflexos e as sombras aos quais estava aprisionado são reais e, mais precisamente, sabendo com maior clareza e

10 PAVIANI (2003, p. 45-46).

11 ABBAGNANO (1976, p. 187-188).



propriedade quais são os segmentos da linha, isto é, cada grau de realidade que existe. Assim a dialética eleva a inteligência (*nous*) à contemplação dos mais excelentes seres inteligíveis, tal como as clarividentes e superiores imagens advindas do Sol (532c-d). Tal superioridade não é injustificada: a dialética é uma força que impulsiona além das hipóteses do nível mais baixo do segmento superior (511b-c), não apenas deslegitimando o que ele considera como princípios, como também superando-o em termos de grandiosidade ou riqueza ontológica e epistemológica – o que será tratado com mais detalhes adiante. Finalmente, a dialética tem o poder de apreender de cada objeto a sua essência, respeitando o processo científico relativo a cada um – novamente conforme a analogia da linha; ela é, portanto, o método para buscar o seu “em si” (533b). Esse método, porém, necessita tocar em um nível diferente e superior, sem o qual é impossível pensar uma ciência mais segura da realidade propriamente sensível e da *doxa*.

Depois de apresentar as principais definições de Sócrates sobre o método dialético, faz-se necessário estabelecer as relações necessárias que ele faz com o nível dos objetos matemáticos, o nível da *dianoia*. No final do livro VI de *A República*, Platão apenas anuncia que a dialética faz das hipóteses matemáticas não mais que simples hipóteses que remetem a uma conclusão, assim retirando delas o que as fundamentava. Instaura, no lugar desse estatuto das hipóteses, um princípio superior ao segmento puramente geométrico e matemático. Antes ele vigia sob um princípio, que agora deixa de sê-lo (511a-b). Por que Platão impugna o princípio do conhecimento baseado na matemática e na geometria? Porque, segundo Victor Goldschmidt, o dialético, nesse campo, só estabelece hipóteses-definições, chegando ao princípio de todas as coisas por meio de hipóteses e servindo-se de imagens inicialmente<sup>12</sup>; daí, porém, alcançam-se apenas conclusões.

O movimento dialético na alma resume-se, então, da seguinte forma: inicia-se com a percepção das imagens, faz-se a definição sob a consideração de hipóteses e alcança-se a essência das coisas que existem, o que leva à ciência propriamente dita<sup>13</sup>. No entanto, o dialético, na matemática e na geometria, faz do mundo um círculo resolvível em si mesmo, sem atentar a nada que esteja além dele. Note-se que esse “além” não significa uma transcendência radical àquilo que é o objeto de base das matemáticas: as crenças e opiniões formadas sobre as coisas. Esse “além” é apenas uma explicação ulterior ao círculo em que as matemáticas circulam: o mundo físico do qual elas partem e o inteligível no qual elas habitam. Há aqui explícita uma dificuldade: o campo da matemática permanece em círculo sobre si mesmo, por isso é insuficiente para desvelar tudo aquilo que funda os próprios objetos com que lida. E o círculo é nada mais que uma “representação” do mundo, as conclusões a que o pensamento chega sempre que é provocado a teorizar sobre as coisas apenas com base nas

12 GOLDSCHIMIDT (2002, p. 9).

13 Ibidem, p. 10.

hipóteses, as quais serão tratadas a seguir.

#### 4. A RELAÇÃO DA *DIANOLA* COM *ANOÉTICA*

Há limites ou limitação nas hipóteses, em dois sentidos: primeiro, porque penetram na inteligibilidade propriamente dita, que é sempre delimitada pelas formas, sendo a maior delas, nesse segmento, a matemática, que nele formata todos os objetos; segundo, porque não saem do campo, por assim dizer, cosmológico. Desse modo, um paradoxo irrompe e precisa ser devidamente esclarecido: de um lado, se as hipóteses matemáticas fossem a última instância do conhecimento, os seres estariam fadados a um tipo de prisão: a prisão da incapacidade de conhecer que há uma realidade superior que explica e justifica esta que a matemática indica e na qual está imersa, explicando e justificando, ademais, como ela é produzida e qual a sua origem. Mas por que, de outro lado, a matemática é indispensável e fundamental para o reconhecimento do *lógos* na vida prática e *noética*? O que significa dizer que a matemática é impotente e fundamental, o que sugeriria um paradoxo no âmbito superior dalinha?

Perante esse paradoxo, essa prisão deve primeiramente ser explicada; ela, na verdade, não existe. É o que explicam Glenn W. Erickson e John A. Fossa, ao falarem sobre os conhecimentos científicos da República grega, na qual o governo deve viger sob a tutela e a iluminação do verdadeiro Bem. Segundo eles, ao homem cabe escolher finalidades na vida na República que sejam reconhecíveis pela razão<sup>14</sup>. Essas finalidades, porém, não estão concentradas nem baseadas em interesses humanos. Se assim fosse, as práticas em uma República nunca sairiam do segmento inferior da linha, no qual nada é determinado segundo a ação racional, do *lógos*. A tarefa do homem, então, é reconhecer como conhecimento racional as finalidades da República, mesmo que este não seja necessariamente correto, o que só é apropriado no nível das formas matemáticas<sup>15</sup>. É ao mito, às narrativas a quem cabe o papel de estipular o que pode ser seguido como exemplo de conduta a ser seguida, a exemplo de um guia; porque nessas narrativas, tal como na alegoria da caverna, está incluso todo o conhecimento da organização do mundo e do que os seres humanos representam nele, independentemente de isto ser verdadeiro. Organizar, para Platão, pressupõe saber o que e para que fazê-lo: eis a questão da finalidade.

A finalidade é uma concepção platônica muito importante. A vida e o conhecimento somente possuem orientação e segurança porque há uma finalidade neles e na persecução

14 ERICKSON; JOHN (2006, p. 89).

15 Ibidem, p. 90.



humana a respeito e acima deles, passando a ser patente, portanto, do mais baixo ao mais alto nível de conhecimento, o que é estável e pode conduzir ao próximo nível. Pois em cada nível as coisas têm sua finalidade; nesta perspectiva, a matemática não é impotente por, apesar de fundamental, não poder explicar-se e justificar-se. A *pólis*, por exemplo, tem como finalidade educar os homens. É a concepção de finalidade, em outros termos, que pode organizar o mundo em geral, a vida e a alma humanas. Ela provém do Bem, e por isso ao filósofo é necessário não apenas conduzir-se à condição de rei governante, mas também procurar nessa forma suprema a luz superior que lhe condiciona a compreender a totalidade última do conhecimento: a maior das conquistas da dialética.

Na relação específica entre o conhecimento por hipóteses e pela dialética, é necessário verificar que as duas possuem suas finalidades. Segundo Glenn e Fossa, somente as formas matemáticas requerem justificações. Somente elas têm a finalidade de extrair do mundo a necessidade do *lógos* para limitar, delimitar, conhecer e reconhecer as coisas que existem e podem ser conhecidas, do contrário tudo que acontecesse e fosse executado pelo ser humano seria o puro e repleto caos<sup>16</sup>. Assim, a matemática é, para Platão, o meio que se relaciona com o sensível e extrai dele não só uma síntese, como também uma motivação a buscar algo novo, algo que explique a contradição que existe, por exemplo, em algo que é visto como grande e pequeno ao mesmo tempo. Nesse caso, a matemática é seguramente mais confiável que os objetos meramente supostos e as crenças, desprovidos de correção e da necessidade de justificação<sup>17</sup>. A matemática é uma etapa epistemológica fundamental, apesar de não ser a última; é um meio mais confiável, mesmo não abarcando a realidade em si das coisas e o conhecimento essencial das mesmas.

A noção de essência das coisas está mais desenvolvida no livro VII, no qual Platão faz a terceira analogia imagética para definir o conhecimento. Ali o diálogo é construído de modo que a forma (*eidós*) do Bem seja um princípio que governe não apenas o filósofo e sua busca pelo conhecimento, mas também a dialética, que lhe auxilia a descobrir o que é verdadeiro e falso na realidade. Tendo como condição de pensamento a dialética, o filósofo é capaz de definir com palavras a forma do Bem, superando todas as refutações e objeções que possa encontrar para isso; o que pressupõe, ademais, destruir as hipóteses propriamente dianoéticas (533b-d). Ou seja: a imagem cosmológica a que a opinião se refere, resgatada pela hipótese, nunca passa incólume pelo filósofo, que precisa fazer questionamentos e contestações acerca de tudo aquilo que é tomado como opinião e até hipótese, que constituem no livro VI o campo compreendido e operado a partir do entendimento (*dianoia*). A quantidade de erros e ilusões que aparecem no mundo é proporcionalmente menor conforme a ascendência da linha. Platão queria exatamente mostrar isso quando se indis pôs à possibilidade de o

16 *ibidem*, p. 103.

17 *Ibidem*, p. 104.

conhecimento findar na análise e apreensão dos objetos matemáticos, apesar de eles serem fundamentais à pura prática do *lógos* por meio da realidade conhecida pela inteligência, pelo *nous*.

Dotada da razão, a alma pode captar o ser das coisas pela dialética. Se a dialética pode fazê-lo, e se esse processo necessariamente lhe remete aos seres mais ínfimos, de conhecimentos os mais parcos e pouco confiáveis, por que a dialética é intitulada por Platão como uma ferramenta ou habilidade superior? Primeiramente, porque ela pressupõe o contato com a própria realidade, que não é, “em si mesma”, hierarquizada como quer Platão. A sua filosofia hierarquiza os seres e o conhecimento deles, mas ao mesmo tempo essas duas coisas aparecem e acontecem independentemente disso. A dialética, então, segundo o seu método, precisa passar por eles e contemplá-los para poder exercer o que lhe é próprio, imprimindo uma nova “visão” a respeito deles. De certa forma, pode-se considerar um anúncio dessas passagens – que, remetendo-se à analogia da linha, dá-se em cada um de seus segmentos – no livro V, quando Sócrates explica que a opinião é um intermédio entre Ser e não-Ser; e, portanto, que a opinião é pouco clara para atingir o conhecimento e não tão obscura para ser desprovida de conhecimento (479c-d). Todo homem de opiniões (vide *O Sofista*) pode declarar inúmeras vezes que tem conhecimento sobre tudo, no entanto, jamais será capaz de conduzir-se à contemplação das coisas que diz saber (479e). De modo semelhante, Sócrates diz, no livro VII, a propósito da educação da alma, que esta tem a possibilidade de passar do conhecimento de imagens, sombras e da ignorância à luz, à ciência e ao Ser mais elevado: o desejo dessa passagem é a educação em curso. Uma educação que pressupõe a dialética.

A verdade, conceito desenvolvido por Luiz Carlos Subaram em sua obra, é, juntamente ao sumo Bem e ao Belo, o maior desígnio inteligível da vida, a mais nobre de todas as aspirações; ao contrário da opinião, que se concentrava e tinha a sua razão de ser na relatividade dos interesses de cada homem, cidadão<sup>18</sup>. Nessa esteira, somente a dialética pode estabelecer o conhecimento das coisas em si e verdadeiras, aquelas que permanecem idênticas e salvas da realidade relativa, transitória e caótica em que necessariamente está imerso o campo das opiniões. A dialética, portanto, pressupõe o real; não apenas o real propriamente dito em suas quatro manifestações, mas especificamente o real sob a orientação do *lógos*. Não existe uma ciência cega, tanto como não pode existir uma dialética sem direcionamento e finalidade bem definidos, o que, conseqüentemente, torna uma cidade com norte e organização devidamente rumadas ao Bem, em uma perspectiva global e política.

18 SUBARAM (2004, p. 314).

## 5. O FILÓSOFO DIALÉTICO: O QUE É SER REPRESENTANTE DO BEM PARA A CIDADE?

No livro VI, antes de examinar a opinião (*doxa*), a ciência (*episteme*) e seus segmentos, Platão afirma que os filósofos são os únicos aptos a acabar, definitivamente, com os conflitos havidos nas cidades e entre os cidadãos (501e); que, entre todos, é incontestado que sejam os filósofos os mais capazes de governar a cidade, embora sejam poucos os cidadãos que possam tornar-se filósofos e aceitar as leis que estes estabelecerão (502a); e que a realização dessa legislação, feita pelo filósofo, é excelente, mas muito difícil (502b). São três aspectos sobre a cidade legislada por filósofos que levantam três questões: o que o filósofo pode fazer para extirpar os conflitos entre cidades e cidadãos, definitivamente? Que tipo de argumentos Platão pode utilizar para convencer os “homens comuns” de que o filósofo deve instituir na cidade o que reza a sua legislação? Por que é tão difícil, embora excelente, uma legislação repleta da filosofia?

À primeira vista, nada o filósofo pode fazer para extirpar conflito nenhum. Porque ele opera pressupondo que haja homens para compreendê-lo, homens que tiverem percorrido a mesma trajetória que ele percorreu. Essa é a obra que realiza aquele que sai da caverna e tenta instruir os seus companheiros. No entanto, não é possível fazê-lo se eles não apenas não querem, mas também não podem compreender aquilo que ainda não atingiram: o nível da filosofia. Em uma cidade governada por homens comuns, sofrem conflitos os seus cidadãos justamente porque esses homens são conflitantes sem uma finalidade cosmologicamente determinada e o Bem como direcionamento último. Assim, o filósofo até pode extirpar conflitos, desde que os governados por ele o sejam também, pois os não-privilegiados – a maioria – conseguem apenas viver com base em suas suposições e crenças. Somente sob o pressuposto da educação dialética é possível compreender e aceitar que os homens vivam sem conflitos, em perfeita identidade consigo mesmo e com a cidade a qual constituem, na qual habitam e da qual participam. Essa identidade assegura não apenas o ser humano a confiar em sua inteligência frente a todas as mudanças e transições da vida e do mundo, mas também em que a atividade do pensamento não seja atravancada ante as contradições que aqueles lhe impõem.

Dentro do cerne da obra *A República*, Platão queria propor aos cidadãos que fossem educados à contemplação do Bem: a maior, mais suprema ciência. Em outras palavras, o homem, futuro governante, que sai das trevas e alcança a verdadeira realidade, que sai do mutável e se eleva ao essencial é o verdadeiro filósofo. Para mostrar o porquê disso, Custódio Almeida, ao analisar a estrutura dialética encontrada em *A República*, explica que Platão

faz uma “grande volta”: as símiles do Sol, da linha e da caverna são todas, feitas por Platão, para atestar que as imagens captadas pelos sentidos servem de ponte para o inteligível, tornando, nessa travessia, claro e correto o que era obscuro e enganoso<sup>19</sup>. Assim, tanto o visível e o múltiplo são seres como o uno e o inteligível o são, sendo assim revelados pela travessia. A esta é necessária, ainda segundo Custódio, uma luz que liga ambos: eis onde se acha a dialética, que liga, desde a infância, as faculdades da alma, os olhos e os objetos visíveis (e assim com todos os outros sentidos); ela é a luz preciosa que faz desvelar as sombras, sem o que tudo permaneceria envolto nelas, ainda que as coisas desveladas não ganhem autonomia da luz do Sol<sup>20</sup>. O Bem, porém, é a forma suprema que está para além de tudo isso: ele é condição de existência para as realidades sensível e inteligível. O filósofo, em última instância, dialeticamente, atinge a compreensão disso, contemplando o Bem, e fazendo dele a matriz pela qual compõe e impõe a legislação à *pólis*, seja as suas normas, seja o estatuto de perfeição ao qual a legislação atina.

## 6. CONCLUSÃO

A ascendência hierárquica que propõe a filosofia do conhecimento de Platão quebra a contradição havida entre ser e conhecer serem coisas incorrespondentes, fazendo-os corresponder: o ser não é nada mais do que aquilo que pode ser conhecido pela suposição (*eikasía*), pelas crenças (*pistis*), pelo entendimento (*dianoia*) e pela inteligência (*noús*). O problema reside apenas em que a realidade correspondente a cada um desses “instrumentos intelectivos” não oferece ou apresenta homogeneamente o Ser. Ao filósofo basta, frente a isso, ser conduzido por suas potencialidades epistêmicas, continuamente indo e voltando na realidade a propósito de tornar-se realmente conhecedor e, nesta medida, educando-se dialeticamente de modo permanente. Nesse caso, cabe reservar valor especial à matemática, uma vez que, ao imergir nela, o filósofo não apenas se volta àquilo que é mutável, ao campo das opiniões (*doxa*), mas prepara-se para a capacidade de representar o mundo na alma por meio da inteligência, sabendo quais são as finalidades dele e entendendo, sobretudo, o que necessita fazer na condição de rei-filósofo da cidade (*pólis*).

O Bem é a luz maior que ilumina e funda o universo, seja ele ontológico, seja epistemológico. No homem, a relação entre hipóteses matemáticas e essências fundadoras de tudo só pode ser compreendida pelo filósofo dialético, cuja atividade é sublime justamente

19 ALMEIDA (2002, p. 136 -137).

20 Ibidem, p. 135.

porque contempla o Bem. A formação a começar da sua alma não teria sentido e não poderia ser encetada sem a dialética. Sem esta, o homem estaria perdido no caos. A própria busca por algo mais sustentável e confiável que o filósofo empreende é tão nobre que revela propriamente o que é a humanidade. A tarefa própria da dialética é, assim, o contemplar o Bem, fazer conhecer a verdadeira natureza de cada coisa existente, sob o pressuposto de perfeita correspondência entre ser e conhecer. O próprio homem, desse modo, torna-se mais real: ele enxerga e sana todas as suas deficiências tanto como faz com a realidade com a qual permanentemente entra em contato. O caos jamais poderá atormentá-lo ou fragilizá-lo; o caos, aqui, só poderá deixá-lo mais seguro de si mesmo em sua atividade filosófica, posto que já está apreendido e entendido como inteligível. O caos não emerge para o filósofo, pois nada mais é do que uma forma (*eidos*) cuja inteligência inviabiliza; a inteligência, muito diferente disso, preocupa-se apenas em manter a política, a ética e a educação sustentadas em bases formais verdadeiras e boas, posto que já não sujeitas ao caos inescapável da realidade transitória e instável que a sensibilidade capta e, apesar do seu não contato com as formas verdadeiras e boas, não pode deixar de captar.

Como citar este trabalho: CASTRO, H. L. Platão: a dialética do bem versus o caos da realidade. *Filosofando: Revista Eletrônica de Filosofia da UESB*. Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 40-53, 2015.

## REFERÊNCIAS

PLATÃO. *A República*. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

ABBAGNANO, N. *História da filosofia*. 2. ed. Trad. de António Borges Coelho, Franco de Sousa e Manuel Patrício. Volume I. Lisboa: Presença, 1976.

ALMEIDA, C. L. S. *Hermenêutica e dialética: dos estudos platônicos ao encontro com Hegel*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CARDOSO, D. *A alma como centro do filosofar de Platão*. São Paulo: Loyola, 2006.

ERICKSON, G. W.; JOHN, A. F. *A Linha Dividida: Uma Abordagem Matemática à Filosofia Platônica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

GOLDSCHMIDT, V. *Os Diálogos de Platão: estrutura e método dialético*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

KONDER, L. *O que é dialética*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORAVCSIK, J. *Platão e Platonismo: aparência e realidade na ontologia, na epistemologia*



e na ética. São Paulo: Loyola, 2006.

PAVIANI, J. *Platão & A República*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, J. T. dos. *Para ler Platão: a ontoepistemologia dos diálogos socráticos*. Tomo I. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

SUBARAM, L. C. *A Gênese do conceito de verdade na filosofia grega*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004.